

Capítulo I

História das cidades e da luta pela vida saudável

José Pedro Soares Martins

Em 1498, dois anos antes da chegada ao Brasil da esquadra portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral, o pintor holandês Albert Dürer produziu uma de suas obras-primas, a série de telas conhecida como “Visões do Apocalipse”. Uma das mais assustadoras dessa visões é aquela que coloca lado a lado os quatro cavaleiros do Apocalipse, na concepção de Dürer. São eles, ou elas, a Peste, a Fome, a Guerra e a Morte.

Com este quadro o artista holandês estava fazendo um alerta para os europeus da época, muito entusiasmados com o ritmo das grandes navegações e das “descobertas” de outras terras – a esquadra de Cristóvão Colombo havia aportado em terras americanas em 1492, e pouco depois seria a vez da “descoberta” do Brasil.

Dürer estava advertindo para que os portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses e franceses, entre outros povos envolvidos com as navegações, não se esquecessem de que até aquele momento a Europa, entre outras partes do mundo então conhecido, havia sofrido muito com seqüências de peste e fome e com múltiplas guerras, tudo isso significando destruição e mortes, muitas mortes.

As “Visões do Apocalipse” eram, então, um contraponto à euforia que tomava conta da Europa, que por causa das seguidas “descobertas” de novas terras estava sonhando com um momento novo na história da humanidade. O próprio Dürer foi influenciado pela “descoberta” dos novos continentes. Ele chegou a conceber uma “cidade ideal”, e o modelo que o inspirou não era o dos conglomerados urbanos europeus. O seu modelo de “cidade ideal” era Tenochtitlán, o nome original da cidade do México antes da destruição da capital do império asteca pelos conquistadores espanhóis, comandados pelo implacável Hernan Cortés.

Mas, com as suas “Visões”, Dürer mostrava, ao mesmo tempo, que também era um humanista realista. Com base no que a história da

humanidade mostrava até aquele momento, o artista avisava que era preciso se esforçar, e muito, para traduzir a série de conquistas representadas pelas “descobertas” de novas terras em condições de vida realmente melhores para as pessoas que em sua maioria ainda enfrentavam condições desumanas nas cidades em formação em todo planeta.

Esta tem sido a característica central da história das cidades. A história da formação dos assentamentos humanos é a história da luta por melhores condições de vida de seus moradores. Através dos tempos as cidades se transformam, se reinterpretem, adquirem novas características físicas, urbanísticas, arquitetônicas e espaciais, e tudo isso em função das respostas que dão às demandas das populações por melhorias concretas em suas condições de existência. Acompanhar a trajetória das cidades é perceber, assim, como elas são organizadas, dependendo do maior ou menor grau de participação política de seus moradores e da sensibilidade e disposição dos governantes em colocar os interesses públicos acima dos interesses pessoais ou de pequenos grupos econômicos ou partidários. Quanto maior o sentimento de cidadania, de atuação política, de consciência dos direitos e deveres coletivos, melhor uma cidade é organizada para dar qualidade de vida a seus habitantes. Essa tem sido a característica comum, o traço que une a história das cidades ao longo da trajetória da humanidade.

Cidade e cidadania para os gregos

O conceito que temos de cidade e de cidadania é herdado das antigas civilizações gregas e seus grandes pensadores. *Filósofos* como Platão e Aristóteles foram os primeiros que pensaram sobre o que significava ser cidadão e sobre o que uma cidade representava. A palavra cidade, aliás, vem do grego “pólis”.

É conhecida a definição de Aristóteles de que o homem é “um animal político”. A sua visão de cidade e de cidadão é, em consequência, uma visão claramente política. Cidade, por exemplo, para Aristóteles, é “um certo número de cidadãos”. O conceito de cidade não está desvinculado, portanto, do conceito de cidadão.

O cidadão, por sua vez, para o filósofo grego, é aquele que tem “a faculdade de intervir nas funções deliberativa e judicial de uma cidade”. Não existe cidade, desta forma, sem a existência do cidadão,

a pessoa que deve necessariamente atuar de modo político para interferir nas decisões que lhe dizem respeito, que afetam a sua vida e a de todos os moradores dessa cidade.

Uma decorrência direta do conceito dos gregos de cidade e de cidadão é o conceito de democracia, que também vem do grego “demos”, que significa povo. Democracia seria o governo do povo, pelo povo e para o povo. Ou seja, democracia é o sistema de governo em que os interesses do povo estão acima de todos os interesses, individuais ou de grupo.

Não podemos nos esquecer que a democracia era restrita, limitada, na Grécia antiga que criou os conceitos de cidade, cidadania e da própria democracia. Os escravos, que constituíam grande parte da população grega na época, eram desprovidos da cidadania, não podiam participar das assembleias que decidiam sobre os assuntos gerais de interesse da população. As mulheres também eram cidadãs pela metade, não tinham todos os direitos que os homens. Para os gregos, ser cidadão era, na prática, ser homem e proprietário de bens materiais.

Ao longo dos tempos, a história da construção da cidadania e da ação política se resumem fundamentalmente a aprimorar o que os gregos pensavam e praticavam a respeito. A história da cidadania e da política tem sido a história de como tem aumentado a participação política dos cidadãos e de como esses cidadãos melhoram as suas condições de vida, deixando de ser escravos – ou de estar em outra condição econômica e social desumana semelhante – e transitando para uma situação econômica e social superior, mais digna de sua condição humana.

A forma como as cidades são desenhadas, em termos físicos, urbanísticos e arquitetônicos, reflete diretamente o nível de cidadania e de ação política de seus moradores. Assim, é possível verificar, através da história, a existência de cidades mais ou menos saudáveis, de boa ou má qualidade de vida, dependendo do grau de atuação política e, portanto, de respeito à cidadania de seus habitantes.

Antes das cidades gregas, as primeiras com a idéia que temos hoje de cidade, cidades existiram em todas as civilizações, de todas as formas e características, e todas com um índice maior ou menor de cidadania e de respeito à qualidade de vida dos moradores.

As primeiras cidades

Um dos primeiros conjuntos arquitetônicos que se conhece com características próximas a de uma cidade é um grupo de edifícios que teria sido usado por operários, em sua maior parte escravos, que trabalharam na construção da pirâmide de Sesostris II, no Egito, aproximadamente entre 1897 e 1879 Antes de Cristo (AC).

O desenho dessa “cidade”, na localidade de Illahun (Kahun, atualmente), era composto de linhas geométricas muito bem definidas, e a preocupação sanitária era indicada pela presença de um sistema de descarte de águas pluviais e de esgoto.

Ao lado de exemplares incipientes de cidade como esse, o Egito e outras civilizações foram pródigos em construção de cidades-templos, dedicadas ao culto dos respectivos deuses. São os casos das cidades egípcias construídas em Tebas, Tell-el-Amarna e Menfis, entre outras.

Cidades marcadas por características religiosas foram igualmente erguidas nas proximidades dos rios Tigre e Eufrates, na antiga Mesopotâmia, outra civilização antiga muito importante na história da humanidade e hoje correspondente ao território do Iraque. A civilização assíria também deixou amostras interessantes de cidades, como a de Korssabad. Ela foi edificada de modo a proteger os moradores das freqüentes inundações, com todos seus efeitos negativos decorrentes, inclusive em termos de saúde.

A cidade de Babilônia é a mais famosa da civilização mesopotâmica. Cortada pelo rio Eufrates, tornou-se uma lenda pelos jardins suspensos construídos por Nabucodonosor. Eram jardins idealizados para atender principalmente ao imperador, mas que não deixavam de representar uma precoce preocupação com a beleza e com a qualidade de vida no meio urbano propiciadas pela vegetação.

As cidades gregas foram se transformando à medida que o conceito de democracia foi se consolidando. As primeiras cidades na Grécia foram construídas de acordo com as características físicas da península. O território grego é muito irregular, recheado de cadeias de montanhas, e além disso constituído de centenas de ilhas. Nessas condições, era natural que fossem construídas aglomerações igualmente irregulares, sem obedecer a desenhos urbanos mais definidos. São os casos dos famosos santuários de Olímpia, Delos e Delfos, onde eram cultuadas algumas das divindades gregas mais conhecidas.

As mudanças foram verificadas com o avanço da democracia nas chamadas cidades-estado, que eram comunidades com enorme grau de autonomia política e administrativa, como as de Atenas e Esparta, as mais conhecidas e importantes.

Nas cidades-estado que mais sofreram influência dos incipientes conceitos de cidadania e democracia foram construídas edificações e espaços dedicados basicamente à prática da política, como as grandes praças públicas batizadas de ágora, onde as assembleias populares eram realizadas. Locais especiais de reunião para os membros das câmaras municipais também foram edificados.

Como um reflexo do sistema político então praticado, os edifícios destinados aos governantes gregos não eram tão imponentes como nas demais civilizações. O pensamento político e filosófico que floresceu na Grécia antiga foi responsável, ainda, pelo surgimento dos primeiros urbanistas como são conhecidos hoje. São os profissionais destinados a pensar de modo mais racional, científico, a organização física e espacial das cidades, para que elas sejam locais de fato adequados para a vida coletiva. Um dos primeiros urbanistas de que se tem notícia é Hippodamos, nascido em Mileto. Registros históricos indicam que Hippodamos contribuiu para a reconstrução de Mileto, que havia sido destruída pelos persas em 494 a C.

Em Roma e no Islã

Durante o império romano, o urbanismo evoluiu de modo significativo. Roma seguiu os passos iniciados pelos gregos e buscou aprimorar um desenho de cidade correspondente à sua visão política, muito marcada pela hierarquia e pela organização. É preciso lembrar que as sementes do Direito moderno foram lançadas pelos romanos, como um meio de garantir a unidade de suas colônias espalhadas por várias regiões do mundo conhecido na época. Eram necessárias, para administrar todas essas colônias, leis muito coerentes e claras para os moradores.

Algumas inovações que haviam sido introduzidas pelos gregos em suas cidades, para assegurar a qualidade de vida dos habitantes, foram melhoradas pelos romanos. Casos dos sistemas de água corrente, de saneamento e de serviços contra incêndio. Os enormes aquedutos, construídos para viabilizar o transporte de água a longas distâncias,

são uma das principais heranças da cultura romana para a história da melhoria das condições sanitárias nas cidades.

Muitas das cidades mais importantes do mundo foram fundadas pelos romanos. São os exemplos da cidade francesa Lyon, das cidades espanholas Córdoba e Mérida e da capital inglesa Londres. Roma, a cabeça desse imenso império, obviamente, foi o espaço em que o urbanismo romano foi mais característico. O conjunto de templos, anfiteatros, circos, termas e palácios romanos constitui, ainda hoje, a principal atração turística da atual capital italiana.

Roma conheceu o seu auge e, também, o seu declínio como centro de um grande Império no momento de afirmação do Cristianismo como uma das religiões que se tornariam muito poderosas e abrangentes no planeta. As cidades que se tornaram cristãs foram aquelas, fundamentalmente, de origem grega ou romana.

O período imediatamente seguinte ao da crise e queda do império romano é marcado na história pelo nascimento e crescimento do Islamismo, o conjunto de crenças religiosas lançado por Maomé no século VI depois de Cristo. Entre os séculos VIII e X o Islã – também conhecido como mundo muçulmano – construiu outro grande império, maior do que o romano em termos territoriais.

Uma das características das cidades islâmicas criadas no período é a sua enorme identidade. São cidades que guardavam as mesmas características em qualquer ponto em que estivessem, no Sul da Espanha ou no Oriente Médio. Em termos urbanísticos as cidades islâmicas são consideradas pelos especialistas como mais simples do que as anteriores gregas e romanas, mas o mesmo não se pode dizer de seus conjuntos artísticos e arquitetônicos, dotados de grande beleza. Os palácios de Alhambra, em Granada, e as construções originais de Toledo e Sevilha, ambas na Espanha, confirmam o refinamento da arte e da arquitetura muçulmanas.

Ao contrário das cidades gregas, as aglomerações urbanas islâmicas não valorizam tanto a praça pública como local de reunião. A cultura islâmica valoriza, em geral, mais o mundo privado do que o público. Por isso, os jardins internos das casas islâmicas são todos esplendorosos, refinados, em contraste com a aparência mais modesta dos espaços públicos.

Uma das principais preocupações do mundo muçulmano era com o armazenamento de água, tão rara nas terras de onde se propagou

o islamismo e em muitas das colônias conquistadas. Por esse motivo as cidades islâmicas foram equipadas com sistemas sofisticados de circulação hídrica. Os jardins internos de Alhambra representam uma clara homenagem à água, no caso recolhida do alto das montanhas de Granada.

O império do Islã começou a declinar com a reação de alguns reinos cristãos europeus no período conhecido como Idade Média. A Península Ibérica, formada por Espanha e Portugal, foi um dos locais onde mais se multiplicaram as guerras de cristãos contra os muçulmanos ou mouros, como também são conhecidos.

O último reino muçulmano na Espanha, o de Granada, foi derrotado em 1492. Nesse ano, os muçulmanos e também os judeus foram definitivamente expulsos da Espanha, 1492 também foi o ano em que a esquadra comandada por Cristóvão Colombo chegou à América, a serviço dos reis espanhóis Fernando de Aragon e Isabel de Castela. Mas apesar do refluxo do Império, a influência cultural muçulmana foi mantida nas antigas colônias, como no caso supremo da Andaluzia, o território correspondente à região Sul da Espanha.

Cidades na Idade Média

O período conhecido como Idade Média é um daqueles em que foram mais intensos os esforços para garantir qualidade de vida para as populações, vítimas de constantes epidemias, surtos de fome e múltiplas guerras. Tudo isso trazendo morte, muita morte, como nas “Visões do Apocalipse” de Dürer.

A Europa vivia uma fase de crescimento demográfico intenso. As cidades cresciam de modo habitualmente desordenado. Foi um momento de enormes êxodos populacionais. As más condições sanitárias e sociais facilitavam a proliferação de diversas doenças. Hanseníase (ou lepra, como era conhecida), tuberculose e a Peste Negra foram os fantasmas que mais assolaram as cidades, européias e de outras regiões do planeta, exigindo reformulações permanentes das concepções e dos desenhos urbanísticos.

Hanseníase é o nome científico que a doença passou a ter, depois da descoberta de que ela é provocada pelo bacilo de Hansen, uma microbactéria “parente” do agente biológico que causa a tuberculose. Mas durante a maior parte da história humana, a doença foi conhecida mesmo como lepra, e como leprosos identificados os

seus portadores.

A lepra sempre foi carregada de forte conteúdo simbólico e religioso. Por uma visão religiosa distorcida, os leprosos foram identificados com os “impuros”, “infiéis”. A existência da lepra indicava que o seu portador – ou a humanidade inteira – era originalmente pecador. A lepra era a marca do pecado original, era a “prova” de que o ser humano seria “culpado” desse pecado. O “pecado original”, como se sabe, foi o momento, na tradição judaica e cristã, em que Adão comeu da maçã, o “fruto proibido” do Paraíso, conforme determinação de Deus. Ao desobedecer a Deus, Adão – como representante de toda a humanidade – tornou-se impuro, culpado, pecador para sempre.

Essa carga simbólica e religiosa muito forte teve de ser transportada pelos leprosos através dos tempos. Os “sãos”, os “puros”, evitavam o contato com os leprosos. Temia-se o contágio pela doença, inclusive porque se desconhecia a forma com que ela era transmitida. O medo de um contato com o leproso estava relacionado ao temor de que o “são” também se tornasse “impuro”.

Os leprosos sofreram, assim, de uma enorme exclusão ao longo da história. Eles eram vítimas de proibições de todo tipo, não podiam circular pelas cidades e nem podiam casar com alguém “são”. Aqueles que desobedecessem às rígidas leis eram, muitas vezes, castigados com a pena de morte.

A lepra é conhecida e registrada no mínimo desde a época do império romano. Na Idade Média, o interesse pela doença adquiriu uma intensidade especial, na medida em que foi um período marcado por muitos conflitos religiosos, sobretudo na Europa.

De modo geral, a lepra sempre foi associada à pobreza e às más condições sanitárias nos aglomerados urbanos em constante crescimento. Para alguns estudiosos, a lepra passou a declinar na Europa depois de 1350, quando a população começou a diminuir como resultado de seguidos surtos de fome e da Peste Negra.

Por uma trágica ironia, como a população se reduziu muito no período, os sobreviventes passaram a ter maior possibilidade de alimentação e, com isso, teriam adquirido maior imunidade à lepra e a outras doenças. De qualquer forma, a lepra, ou hanseníase, permaneceu atormentando as populações mais pobres do planeta e continuou sendo, por muito tempo, sinônimo de exclusão e intolerância.

Peste negra e tuberculose

A Peste Negra foi outro flagelo que o mundo sofreu na Idade Média, e talvez o maior deles. Os estudos científicos mostram que a Peste Negra foi provocada pelas ratazanas pretas, mas também pelas cinzentas, que “invadiram” a Europa e outras partes do mundo na Idade Média. Alguns autores situam a origem das ratazanas pretas na península indiana, e das ratazanas cinzentas da Ásia Central, nas proximidades do Mar Cáspio.

O crescimento populacional e as navegações teriam facilitado a difusão da Peste Negra, em função da mobilidade maior das ratazanas. Calcula-se que um terço da população europeia morreu de Peste Negra no período, o que representa uma catástrofe sem igual na história da humanidade. As cidades ficaram desertas, os sentimentos religiosos se tornaram ainda mais aguçados.

Mas, foi de qualquer maneira um momento em que a preocupação com as condições sanitárias e sociais nas áreas urbanas ficou ainda mais forte, favorecendo medidas de saneamento básico que iriam melhorar em parte as condições de vida das populações mais pobres e, portanto, mais vulneráveis às epidemias.

O auge da Peste Negra aconteceu entre os anos 1347 e 1348. Cidades inteiras praticamente desapareceram. Alguns historiadores afirmam que a forte diminuição populacional na Europa entre os séculos XIV e XV foi fundamental para estimular o movimento de captura de escravos nos séculos seguintes. Apenas os escravos comprados como mercadoria na África poderiam dar conta da ocupação das novas terras que seriam descobertas entre os séculos XV e, XVI, e especialmente no caso das colônias americanas como o Brasil.

Assim, como no caso da Peste Negra, a tuberculose foi determinante para várias modificações sociais e no cenário urbanístico das cidades europeias no período histórico como Idade Moderna, a partir do século XVI. A exemplo da hanseníase e da própria peste, a tuberculose era conhecida já na antigüidade, e foi apenas em 1882 que um médico alemão, Robert Koch, anunciou ao mundo que o responsável pela doença era um *bacilo*, que acabou recebendo o seu nome.

A partir da descoberta do bacilo de Koch, foram tomadas várias medidas sanitárias e de cunho social para combater a tuberculose. As

principais vítimas eram, novamente, as populações pobres, embora governantes, poetas, músicos e pintores não tenham escapado à doença. O compositor clássico Chopin foi uma das vítimas mais famosas.

Em oposição às opiniões de alguns setores de que os pobres eram responsáveis pelas doenças que adquiriam, na medida em que freqüentavam locais não muito adequados (incluindo casas de prostituição e cabarés, como se os ricos também não freqüentassem esses locais), apareceram, entre o final do século XIX e início do século XX, as posições identificadas com o pensamento político *socialista* em ascensão naquela fase histórica.

Foram vários os pensadores e políticos com nítida preocupação social que incluíram em suas reflexões a temática das condições reais de vida das populações pobres. O líder *comunista* André Lurçat, que atuava em defesa dos operários da região industrial de Paris, fez estudos sobre instalações na área da saúde. Já em 1813 o pensador Saint-Simon afirmava: “É necessário associar todas as questões políticas a questões de saúde”. Cidades inteiras, baseadas em construções comunitárias, foram imaginadas por filósofos socialistas, muito próximos do *anarquismo*, como o americano Robert Owen (1771-1858) e o francês Charles Fourier (1772-1837).

Grandes arquitetos e urbanistas franceses também demonstravam suas inquietações com as condições de vida das populações de baixa renda. Observações sobre a tuberculose eram feitas com freqüência por Le Corbusier, um dos mais importantes arquitetos da era moderna. Sua obra influenciou na forma como os planejadores franceses imaginavam os meios materiais para melhorar as condições de saúde física e espiritual dos moradores.

Um dos urbanistas com maior atuação nessa linha foi o Barão Haussmann. Ele foi o prefeito de Paris que projetou e construiu os *bulevares*, que uniam “fábricas e palácios do povo”. Mas o plano urbanístico aplicado por Haussmann em Paris também seria criticado, porque suas largas avenidas, na avaliação dos pensadores socialistas radicais, teriam facilitado a repressão policial contra manifestações populares. Nas antigas ruas mais estreitas da capital francesa era mais fácil construir barricadas pelos líderes comunitários.

De qualquer modo, era cada vez mais evidente, à medida que se aproximava o século XX, a preocupação com o desenho das cidades modernas. O crescimento industrial e todos os efeitos desse modo de

produção em termos urbanísticos e sociais alimentariam grandes discussões sobre como as cidades deveriam ser planejadas e organizadas, para efetivamente propiciar condições humanas de vida para seus moradores.

POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO NAS GRANDES POTÊNCIAS

PAÍS	POPULAÇÃO (MILHÕES/ ANO)	URBANIZAÇÃO (%)
Reino Unido	33 (1881) - 46 (1911)	63 (1881)- 73 (1911)
França	38 (1886) - 40 (1911)	36 (1886)- 44 (1911)
Alemanha	41 (1871) - 65 (1911)	36 (1871)- 60 (1911)
Rússia	59 (1851) - 142 (1914)	7 (1851)-20 (1914)
Estados Unidos	39 (1870) - 92 (1910)	26 (1870)-46 (1910)

Fonte: Jean-Pierre Rioux, "La Révolution industrielle", Points/Seuil, 1971

No século XX

O século XX foi o século das grandes metrópoles. O processo de industrialização implicou no esvaziamento do meio rural e na *migração* de enormes massas populacionais para as áreas urbanas. O resultado foi o crescimento de grandes cidades, inicialmente nos países mais industrializados e depois nos países em desenvolvimento, que passaram a concentrar a maior parte das populações dos respectivos países. Este foi o processo chamado de urbanização.

De fato, até a primeira metade do século XX, sete das dez maiores áreas metropolitanas do planeta ainda estavam localizadas nos países industrializados do denominado *Primeiro Mundo* ou do bloco de países liderado pela União Soviética: Nova York (12,3 milhões de habitantes), Londres (8,7), Tóquio (6,7), Paris (5,4), Chicago (4,9), Moscou (4,8) e Los Angeles (4 milhões de moradores). Apenas três *metrópoles* estavam situadas no *Terceiro Mundo*, o conjunto de países em desenvolvimento: Xangai (5,3 milhões de pessoas), Buenos Aires (5 milhões) e Calcutá (4,4 milhões de moradores).

A partir da década de 1950, entretanto, foram crescendo de forma caótica, desordenada, as metrópoles dos países em desenvolvimento, em decorrência da industrialização e dos êxodos populacionais que se intensificaram nesta parte do mundo. Em 1980, seis das dez maiores áreas metropolitanas já estavam situadas nos países em desenvolvimento: Cidade do México (14,5 milhões de habitantes), São Paulo (12,1), Xangai (11,7), Buenos Aires (9,9), Calcutá e Pequim (9 milhões de pessoas) e Rio de Janeiro (8,8 milhões de habitantes). As duas maiores metrópoles, Tóquio e Nova York, com 16,9 milhões e 15,6 milhões de moradores, continuavam no Primeiro Mundo, mas a tendência era clara de uma metropolização cada vez mais intensa nos países em desenvolvimento, o chamado Terceiro Mundo.

O Brasil foi um dos países que mais sofreram os impactos da urbanização acelerada na segunda metade do século XX. Calcula-se que mais de 30 milhões de brasileiros deixaram a zona rural e foram viver nas cidades entre as décadas de 1950 e 1980. Foi um dos maiores movimentos migratórios do planeta. São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte foram os maiores exemplos de metropolização intensiva no

Brasil, mas o fenômeno também foi observado em outros locais, como em Campinas, no interior do Estado de São Paulo.

Enormes favelas, com habitações desumanas e insalubres, trânsito congestionado, desemprego, saturação dos serviços públicos de Educação e Saúde, e áreas urbanas cinzentas, desprovidas de vegetação. Este tem sido o perfil predominante das grandes cidades que cresceram nos países em desenvolvimento nas últimas décadas do século 20. O descontentamento era igualmente crescente, o que motivou uma forte discussão internacional sobre como melhorar o planejamento das cidades, visando uma inserção social mais justa e humana particularmente das populações mais pobres e vulneráveis.

A conferência de Ottawa

A preocupação com o futuro das grandes cidades não se resume ao âmbito dos países em desenvolvimento. Mesmo porque muitas das grandes metrópoles continuam situadas nos países industrializados, o chamado Primeiro Mundo. O termo “megalópole” foi usado pela primeira vez, em 1964, por um norte-americano, Ronald Wraith. “Megalópole - a cidade cujo alastramento ninguém é capaz de controlar”, definiu o estudioso.

Um dos países em que o debate sobre o futuro das cidades é mais efervescente é o *Canadá*, onde estão grandes áreas urbanas como as de Toronto, Vancouver e da capital, Ottawa. Em 1976, Vancouver sediou a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, que passaria para a história como a Habitat I.

O texto final da Conferência, a Declaração de Vancouver sobre os Assentamentos Humanos, reuniu algumas das principais preocupações daquele momento com o futuro das grandes cidades, que se tornavam cada vez mais *inóspitas*, mais desumanas. A Declaração já alertava para a necessidade de maior participação política das populações na definição das medidas que deveriam ser tomadas em benefício dos grupos de mais baixa renda, aqueles que mais sofriam os efeitos negativos do crescimento exagerado, sem planejamento, das grandes cidades.

Outra cidade canadense seria o palco, dez anos depois, de outro evento de importância central no debate sobre o futuro das grandes

idades modernas. Foi a I Conferência Internacional de Promoção da Saúde, realizada na capital Ottawa, em 1986.

O documento final da Conferência, que ficou conhecido como Carta de Ottawa, consolidou um novo conceito de saúde, mais abrangente do que o conceito tradicional, que define a saúde apenas como a ausência de doença. Esse conceito tradicional é, portanto, muito ligado às questões próprias do que se conhece como saúde, que implicam a existência de hospitais, postos de saúde, médicos e enfermeiros.

O conceito de saúde indicado no documento final da Conferência de Ottawa é *inovador*, e por que não dizer *revolucionário*, porque considera as condições de vida gerais das populações – a forma como elas vivem, a característica de suas moradias, a rede de saneamento básico, os serviços públicos como escolas e espaços culturais.

Uma vida saudável, a partir da Conferência de Ottawa, passou a ser sinônimo de vida digna em todos os sentidos, materiais e espirituais. E para isso é necessário um processo político que leve à efetiva *inclusão social* das camadas mais pobres da população. Essa inclusão social depende, assim, em grande parte, da maior participação política dos setores *excluídos*, na busca de uma cidadania ativa, consciente de seus direitos e deveres coletivos.

Mais participativos, os setores excluídos têm maiores condições de controlar os – ou de, pelo menos, interferir nos – instrumentos existentes para a melhoria de suas vidas. Vida saudável, comunidade saudável não podem existir, nesse sentido, sem democratização efetiva das decisões políticas, no rumo do conceito que os antigos gregos tinham de democracia, o governo do povo, pelo povo e para o povo.

Depois da Conferência de Ottawa, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Panamericana da Saúde (OPAS) passaram a incorporar e a difundir esse conceito mais abrangente de saúde. Nasceram os programas e projetos reunidos sob o nome geral de Comunidades ou Cidades Saudáveis, que seriam aquelas nas quais a visão ampla da saúde era praticada, não se restringindo somente à existência de uma rede eficiente de hospitais ou de médicos.

Este seria então o Município Saudável, na definição de um estudioso do assunto, Jaime Rabelo Adriano:

“Um município saudável, de acordo com a OPAS, é aquele em que as autoridades políticas e civis, as instituições e organizações públicas e privadas, os proprietários, empresários, trabalhadores e a sociedade dedicam constantes esforços para melhorar as condições de vida, trabalho e cultura da população; estabelecem uma relação harmoniosa com o meio ambiente físico e natural e expandem os recursos comunitários para melhorarem a convivência, desenvolver a solidariedade, a co-gestão e a democracia” (OPAS *apud* Adriano *et al*, 1996, p.55, citado *in* Adriano, Jaime Rabelo; Werneck, Gustavo Azeredo Furquim; André dos Santos Max, *et al*, “A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida”, *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.53-62, 2000)

A partir de Ottawa, enfim, estava sendo gerado um processo que levaria lideranças políticas e comunitárias de vários países a pensarem um novo modelo de cidades, mais humanas, mais justas socialmente e preocupadas com a proteção do meio ambiente. Cidades mais saudáveis, em resumo.

A conferência Habitat II

Outro momento importante na história recente, de discussão sobre o formato das grandes cidades e sobre a maior participação popular nas decisões que dizem respeito às populações, foi a Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos, ou Habitat II, realizada em Istambul, na Turquia, em junho de 1996. A Conferência foi um marco no debate sobre o futuro das cidades, ao reunir todas as reflexões realizadas ao longo das últimas décadas a respeito do destino das áreas onde passou a viver a maior parte da humanidade.

O clima para a Habitat II foi preparado por eventos anteriores, como a Conferência Européia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg, na Dinamarca, de 24 a 27 de maio de 1994. O documento

final da Conferência, a Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias, reuniu os conceitos básicos da chamada sustentabilidade dos espaços urbanos. Cidades sustentáveis seriam aquelas marcadas pela justiça social e pelo respeito ao equilíbrio ambiental, em um conceito muito próximo ao de cidades ou comunidades saudáveis.

Afirma o documento final de Aalborg: “Nós, cidades, estamos conscientes que as populações pobres são as mais afetadas pelos problemas ambientais (ruído, poluição atmosférica proveniente do tráfego, falta de lazer, alojamentos insalubres, falta de espaços verdes) e as menos aptas para resolvê-los. A desigualdade das riquezas está na origem de comportamentos insustentáveis, tornando a evolução mais difícil. Nós pretendemos integrar na proteção ambiental as necessidades sociais básicas das populações, bem como programas de ação sanitária, de emprego e habitação”.

Realizada 20 anos depois da Conferência de Vancouver, no Canadá, em 1976, a Habitat II pôde ser incluída no conjunto de eventos realizados por iniciativa da ONU nos últimos anos, sob o nome geral de Ciclo Social. Foram promovidas, entre outras, a Conferência do Rio de Janeiro sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (1992), a Conferência de Viena de 1993 sobre Direitos Humanos e a Conferência de Pequim de 1995 sobre os Direitos das Mulheres.

Uma das marcas dessas Conferências é a intensa participação das organizações não-governamentais (ONGs), um fato novo na história da ONU. Nas discussões em torno da Habitat II teve papel fundamental a Coalizão Internacional pelo Habitat, articulação nascida na Conferência de Vancouver, em 1976, que reúne mais de 300 ONGs de diversos países. Com um fórum próprio na Habitat II, as ONGs conquistaram o direito de pela primeira vez na história da ONU, incluir os seus conceitos na declaração final da Conferência de Istambul.

O fortalecimento do poder local, favorecendo a aproximação dos cidadãos de seus governantes e da gestão dos recursos públicos, é um dos principais conceitos confirmados pela Habitat II. Essa tese sustentada pelas ONGs, e apoiada por muitas organizações representativas do poder local, como a União Internacional de Autoridades Locais, foi incorporada à seção referente à “gestão democrática do território” da agenda da Conferência de Istambul. Seria a gestão marcada pela “descentralização do Estado, o fortalecimento da autonomia dos governos locais e a institucionalização da participação cidadã”.

A busca da cidadania ativa é, então, de novo, uma marca, na linha das discussões citadas sobre cidades saudáveis e cidades sustentáveis. Com a Habitat II foi aprofundada a idéia de que a construção de cidades saudáveis e de respeito aos direitos básicos das populações depende essencialmente do desenvolvimento da cidadania, consciente de seus direitos e deveres. Nos últimos anos, várias experiências locais têm buscado colocar em prática esses conceitos. Por vários aspectos o caso de Campinas é exemplar.

GRANDES CONFERÊNCIAS DA ONU

CONFERÊNCIA	ANO	LOCAL
Ambiente Humano	1972	Estocolmo, Suécia
Assentamentos Humanos-Habitat I	1976	Vancouver, Canadá
Promoção da Saúde	1986	Ottawa, Canadá
Meio Ambiente e Desenvolvimento	1992	Rio de Janeiro, Brasil
Direitos Humanos	1993	Viena, Áustria
Mulheres	1995	Pequim, China
Assentamentos Humanos-Habitat II	1996	Istambul, Turquia
Desenvolvimento Sustentável	2002	Johannesburgo, África do Sul